



Sustentabilidade e Reciclagem na Educação Infantil

Anna Laryssa do Nascimento Costa¹; Francisca Ivoneide Benicio Malaquias Alves²

Resumo: É um estudo que se justifica pela premente necessidade de abordar o tema sustentabilidade e reciclagem cada vez mais cedo no âmbito escolar, aproximando os pequenos estudantes de sua responsabilidade para com a Natureza e o Planeta Terra. O objetivo geral deste estudo é discutir o tema em pauta para aproximá-lo da realidade cotidiana da sala de aula, não só na Educação Infantil, como é a proposta, mas de todos os níveis educacionais. Quanto aos objetivos específicos lista-se: conceituar sustentabilidade e reciclagem, estudar a história da educação ambiental e analisar as forma lúdicas de ensino-aprendizagem. Traz como problema da pesquisa: De que forma aproximar as crianças da Educação Infantil da questão da sustentabilidade e da reciclagem. Sendo uma das hipóteses, despertá-las por meio de uma educação lúdica e atrativa. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, elaborada a partir de livros, artigos, periódicos e demais materiais em meio físico e eletrônico. Considera-se ao concluir o estudo que não há dúvida quanto a importância de se abordar o tema em pauta já no início da vida escolar das crianças, pois desta forma se formará cidadãos e cidadãs cômicos de suas responsabilidades e deveres para com o meio ambiente.

Palavras-Chave: Sustentabilidade. Reciclagem. Meio Ambiente. Educação Infantil.

Sustainability and Recycling in Early Childhood Education

Abstract: It is a study that is justified by the pressing need to address the issue of sustainability and recycling at an earlier age in the school environment, bringing young students closer to their responsibility towards Nature and Planet Earth. The general objective of this study is to discuss the topic at hand to bring it closer to the everyday reality of the classroom, not only in Early Childhood Education, as proposed, but at all educational levels. As for the specific objectives listed:

¹ Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). laryssacosta557854@gmail.com;

² Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). benicio_84@hotmail.com.

conceptualize sustainability and recycling, study the history of environmental education and analyze the playful forms of teaching-learning. It brings as a research problem: How to bring children in Early Childhood Education closer to the issue of sustainability and recycling. One of the hypotheses is to awaken them through a playful and attractive education. In methodological terms, it is a bibliographical, qualitative research, elaborated from books, articles, periodicals and other materials in physical and electronic media. When concluding the study, it is considered that there is no doubt about the importance of addressing the topic in question at the beginning of the children's school life, as this will form citizens aware of their responsibilities and duties towards the environment.

Keywords: Sustainability. Recycling. Environment. Child education.

Introdução

No Brasil, a Educação Ambiental tem se tornado política pública educacional, desde a os anos de 1980, sendo permanente e essencial na educação, compondo os currículos de todas as modalidades e níveis da educação nacional, em conformidade com o artigo 225 da Carta Magna de 1988 (BRASIL, 1988); a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (BRASIL, 1999) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012).

No caso do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), em seu volume 3, intitulado "Conhecimento de Mundo", define-se seis eixos orientadores, as práticas das diferentes linguagens e a relação das crianças com objetos de conhecimento, incluindo-se o eixo Natureza e Sociedade, no qual encontram-se subsídios para desenvolver práticas docentes em relação ao tema, no contexto da Educação Infantil.

Construindo-se espaços dialógicos, cria-se uma educação emancipadora, que se coloca como possibilidade de acesso ao conhecimento e possibilidades de criar e inventar a cultura, pois, como se observa em Carvalho: “a escola, nessa perspectiva, pode se converter num espaço educador mais ou menos propício à formação de identidades ecológicas ou predatórias, conforme os valores predominantes naquele contexto” (CARVALHO, 2013, p. 120).

Desta forma, este artigo busca discutir a importância da sustentabilidade e da reciclagem na Educação Infantil, para formar cidadãos conscientes e preparados para contribuir com as mudanças, que se fazem necessárias e que devem ocorrer, para que os recursos naturais possam ser utilizados de maneira sustentável. É um estudo que se justifica pela premente necessidade de abordar o tema sustentabilidade e reciclagem cada vez mais

cedo no âmbito escolar, aproximando os pequenos estudantes de sua responsabilidade para com a Natureza e o Planeta Terra.

O objetivo geral deste estudo é discutir o tema em pauta para aproximá-lo da realidade cotidiana da sala de aula, não só na Educação Infantil, como é a proposta, mas de todos os níveis educacionais. Quanto aos objetivos específicos lista-se: conceituar sustentabilidade e reciclagem, estudar a história da educação ambiental e analisar as forma lúdicas de ensino-aprendizagem aplicadas a Educação Ambiental.

Traz como problema da pesquisa: De que forma aproximar as crianças da Educação Infantil da questão da sustentabilidade e da reciclagem. Sendo uma das hipóteses, despertá-las por meio de uma educação lúdica e atrativa. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, elaborada a partir de livros, artigos, periódicos e demais materiais em meio físico e eletrônico. Espera-se com este estudo, além de consolidar o interesse pelo tema nas mais diversas disciplinas, incentivar outros acadêmicos a aprofundá-lo nos demais níveis educacionais.

Fundamentação Teórica

Sendo um processo bastante desafiador, a educação de crianças pequenas será a base do desenvolvimento educacional de cada ser, devendo proporcionar-lhes um olhar sobre o mundo, participando ativamente da sociedade em que vivem, promovendo a relação entre sujeito e mundo, agindo e construindo e não como ser passivo. Devem ter consciência de que são seres sociais na linguagem escrita e falada, pertencentes ao processo de socialização.

A criança desenvolve-se de maneira gradual, desta forma, seu conhecimento é construído significativamente no momento em que ela constrói algo de seu interesse, a partir de sua interação com o mundo que a cerca.

(...) Isso significa dizer que a aprendizagem de fatos, conceitos, procedimentos, atitudes e valores não se dá de forma descontextualizada. O acesso das crianças ao conhecimento elaborado pelas ciências é mediado pelo mundo social e cultural (BRASIL, 1998, p. 172).

Na Educação Ambiental é justamente esse seu papel, ou seja, dar a sua contribuição para o pensamento sobre uma responsabilidade ambiental que se compartilha partindo-se do conhecimento socializado do tema e do cuidado com o que se considera um bem comum e

que pertence à coletividade. Como sinaliza Loureiro: “É preciso tomar como prioridade estratégica na educação ambiental, portanto, o fortalecimento dos espaços públicos efetivos” (LOUREIRO, 2009, p. 21).

Nesse panorama, em contato com o meio escolar, nota-se a necessidade de sensibilizar e mudar de atitude diante do tratamento dado aos resíduos produzidos na sala de aula, para a seguir, ampliá-lo para fora dos muros da escola. Travassos considera a escola o principal instrumento para a Educação Ambiental:

A educação ambiental é um dos eixos fundamentais para impulsionar os processos de prevenção da deterioração ambiental, do aproveitamento dos direitos dos cidadãos a um ambiente saudável. Ela implica uma nova concepção do papel da própria escola. A articulação de seus conceitos, métodos, estratégias e objetivos é complexa e ambiciosa, dimensões ecológicas, históricas, culturais, sociais, políticas e econômicas da realidade e a construção de uma sociedade baseada em princípios éticos e de solidariedade. A Educação ambiental vai muito além, trata-se de uma mudança na mentalidade das pessoas, com relação à qualidade de vida, que está intimamente ligada ao tipo de convivência que o ser humano mantém com a natureza e que implica em valores e ações (TRAVASSOS, 2004, p. 18).

Concorda-se com Travassos ao afirmar que a escola não deve somente incentivar a coleta seletiva de lixo para reciclá-lo, é preciso abordar o consumismo da população que provoca uma maior produção de lixo; a mudança de hábitos, paradigmas e valores que são de máxima importância para alteração profunda na visão que hoje se tem com relação ao meio ambiente, a sustentabilidade e a reciclagem, além do compromisso de todos com as gerações futuras. Educar para respeitar o meio ambiente é um dos maiores objetivos do docente da Educação Infantil.

Conceito de Sustentabilidade

São inúmeras as definições para o termo sustentabilidade, porém, de acordo com a Ecycle, entre as principais estão as apresentadas na CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) e na Agenda 21. Há, ainda, a definição do economista francês Ignacy Sachs, que a descreve “como a capacidade que os ecossistemas têm de se manter diante de agressões humanas” (ECYCLE, 2021). Afirma Sachs que

(...) a sustentabilidade ambiental pode ser alcançada por meio da intensificação do uso dos recursos potenciais para propósitos socialmente válidos; da limitação do consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente

esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-se por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e de poluição; e intensificação da pesquisa de tecnologias limpas (SACHS, 1993, p. 23).

De acordo com a CMMAD para haver sustentabilidade ambiental não pode haver riscos para a Natureza, pois esta mantém íntegro o ecossistema global (qualidade do ar, solos, águas e seres vivos). Afirma também, as necessidades de novas tecnologias que reduzam a pressão sobre o meio ambiente diminuam o esgotamento e encontrem substitutos para os recursos naturais (ECYCLE, 2021).

A Agenda 21 define sustentabilidade ambiental como sendo a relação de sustentabilidade entre consumo e produção, devendo ser reduzidas as pressões ambientais, o esgotamento dos recursos naturais e a poluição ao mínimo. E, ainda, governo e iniciativa privada devem reduzir a geração de resíduos, reciclando-os tanto no processo industrial, quanto na criação de novos produtos que deve ser ambientalmente saudáveis (ECYCLE, 2021).

Conceito de Reciclagem

De acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), reciclagem é:

XIV - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes do Sisnama¹ e, se couber, do SNVS² e do Suasa³; (BRASIL, 2010)

¹ SISNAMA é a sigla para Sistema Nacional do Meio Ambiente, o conjunto de órgãos públicos (da União, de estados, de municípios, do Distrito Federal e de territórios [1], bem como órgãos não-governamentais instituídos pelo poder público) responsáveis pela proteção ambiental no Brasil. Fonte: <https://www.politize.com.br>

² No Brasil, as atividades de vigilância sanitária são competência do SNVS – O Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil, que se encontra vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e atua de maneira integrada e descentralizada em todo o território nacional. As responsabilidades são compartilhadas entre as três esferas de governo – União, estados e municípios–, sem relação de subordinação entre elas. Fonte: <https://portalresiduossolidos.com/>

³ O SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária é o novo sistema de inspeção, organizado de forma unificada, descentralizada e integrada entre a União (através do Mapa), que coordena o sistema, como Instância Central e Superior, os estados e Distrito Federal, como Instância Intermediária e os municípios, como Instância Local, através de adesão voluntária.

Seu objetivo é garantir a saúde dos animais e a sanidade dos vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços e a identidade, qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos finais destinados ao consumo. Fonte: <https://portalresiduossolidos.com/>

Educação Ambiental: perspectiva histórica

Para ganhar importância no âmbito mundial, a questão ambiental levou muito tempo, uma vez que o meio ambiente não era considerado importante frente às demais questões (sociais, cultura, econômicas). E, em razão do tipo de colonização sofrida pelo Brasil, preconceitos mais arraigados, como o de que a floresta nada mais era do que “mato” e que, portanto deveria ser retirada para dar lugar a “civilização”. Além disso, os indígenas eram pessoas incivilizadas e incultas que ali viviam (GADOTTI, 2013).

E, por mais incrível que possa parecer, são julgamentos que ainda fazem parte do dia a dia de certas pessoas, interessadas em construir grandes cidades, atraírem investimentos externos, asfaltar largas avenidas sempre impulsionadas pela mídia como modelo de sucesso e estilo de vida.

A primeira Carta Régia publicada em 1542, no Brasil, já continha normas e punições para quem cortasse madeira, mas o descaso dos colonizadores já era evidente no que se referia aos recursos naturais brasileiros. D. Pedro II, em 1850, proibiu a exploração florestal, porém a proibição era ignorada e a monocultura para exportação continuava a todo vapor (DIAS, 2013).

Em 1920, enquanto só havia 20% de floresta nos Estados Unidos, no Brasil o pau-brasil já estava extinto e não havia código florestal para controlar seu uso. Em 1962, Rachel Carson, publicou “Silent Spring” (Primavera silenciosa), no qual alertava para o perigo dos impactos ambientais, pesticidas e poluentes para a perda de qualidade de vida. Em 1968, cientistas de várias áreas reuniram-se em Roma para debater a crise ambiental, o grupo denominava-se Clube de Roma (DIAS, 2013).

O Clube de Roma publicou em 1972, “Limites de Crescimento”, alertando para o que aconteceria com a humanidade, se não houvesse mudança imediata de mentalidade e comportamento e, no mesmo ano, em Estocolmo (Suécia) ocorre a Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizado pela ONU que gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano.

Foi um momento controverso que manchou a imagem do Brasil. Ocorre que insatisfeitos com a forma pela qual os países industrializados faziam discursos para controle da poluição para impossibilitar os países de terceiro mundo de se industrializar representantes do Brasil fizeram um cartaz no qual se lia: “Bem-vindos à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem restrições. Temos várias cidades que receberiam de braços

abertos a sua poluição, porque o que nós queremos são empregos, são dólares para o novo desenvolvimento” (DIAS, 2013, p. 36).

No momento em que se discutia a questão ambiental, o Brasil se coloca submisso a um modelo de desenvolvimento restrito e segregador, valorizando mais o dinheiro do que um meio ambiente sustentável para seu povo, o que elucida a forma como as “políticas ambientais” foram introduzidas.

Em 1973, com a Conferência de Estocolmo no Brasil criou-se o primeiro órgão de gestão ambiental, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) que teve grande importância para as discussões no país. Após esta conferência realizou-se, em 1975, na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) o Encontro Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado, ex-Iugoslávia, que gerou a Carta de Belgrado que, de acordo com Dias (2013, p. 80) evidenciava “a necessidade do exercício de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana”.

Em 1977, ocorre o mais importante encontro para a Educação Ambiental, a 1ª Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental na capital da Geórgia, Tbilisi, organizado pela UNESCO em parceria com o Programa da ONU para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo criado e desenvolvido a 1ª fase do Programa Internacional de Educação Ambiental, criado em Belgrado, com deliberação dos objetivos, características, estratégias e um chamamento para que os países membros a incluíssem na educação escolar (DIAS, 2013).

Em 1981 é sancionada a Lei 6.938, dispondo sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e cria o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).

Após sete anos, a Carta Magna dispôs no capítulo VI, no artigo 225, sobre o meio ambiente, e afins, e, por intermédio da Lei 7.735, criou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) (DIAS, 2013).

Em 1992, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO 92) na qual, de acordo com Dias:

(...) reconhece-se a insustentabilidade do modelo de “desenvolvimento” então vigente. Nomeia-se a Agenda 21 como um Plano de Ação para a sustentabilidade humana. Reconhece-se a Educação Ambiental como o processo de promoção estratégico desse novo modelo de desenvolvimento (DIAS, 2013, p. 50).

Ocorreram outros eventos e fóruns que originaram: a Declaração sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente; a Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global.

No Brasil, a Educação Ambiental foi alavancada, em termos jurídicos, em 1994, quando o Ministério da Educação (MEC); do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Ministério da Cultura (Minc) elaboraram o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), culminando com a Política Nacional de Educação Ambiental:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999).

Havia, inclusive, a disposição sobre ser necessária a formação de docentes para atender aos pressupostos, princípios básicos e objetivos fundamentais. Foi quando começaram a ser executadas ações em direção a Educação Ambiental. Com isso, o Brasil passou a ser o primeiro país da América Latina a ter uma política nacional específica para a educação (MILARÉ, 2013).

Em 2004, ocorreu em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Educação Ambiental (CNEA), um marco na Educação Ambiental brasileira, que mobilizou educadores, estudantes e autoridades. Também nesse ano, o MEC divulgou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no qual introduziu, nas temáticas transversais, o meio ambiente (DIAS, 2013).

Loureiro conclui a importância da Educação Ambiental:

Educação ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no “ambiente” e na “natureza” categorias centrais e identitárias. Neste posicionamento, a adjetivação “ambiental” se justifica tão somente à medida que serve para destacar dimensões “esquecidas” historicamente pelo fazer educativo, no que se refere ao entendimento da vida e da natureza, e para revelar ou denunciar as dicotomias da modernidade capitalista e do paradigma analítico-linear, não-dialético, que separa: atividade econômica, ou outra, da totalidade social; sociedade e natureza; mente e corpo; matéria e espírito, razão e emoção etc. [...] a partir de uma matriz que vê a educação como elemento de transformação social (movimento integrado de mudança de valores e de padrões

cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas), inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania, para a superação das formas de dominação capitalistas, compreendendo o mundo em sua complexidade como totalidade. Portanto, trato aqui de uma educação ambiental que se origina no escopo das pedagogias críticas e emancipatórias, especialmente dialéticas, em suas interfaces com a chamada teoria da complexidade, visando um novo paradigma para uma nova sociedade. Falo de um campo amplo que se mostra adequado à educação ambiental pelo tratamento consistente de nossa especificidade como seres biológicos, sociais e históricos, de nossa complexidade como espécie e da dialética natureza/ sociedade como unidade dinâmica (LOUREIRO, 2004, p. 66-67)





Educação Ambiental: na perspectiva da Educação Infantil

A Educação Ambiental abrange processos pelos quais a pessoa e a sociedade incumbem-se de construir valores, habilidades, conhecimentos, competências e atitudes direcionadas para a conservação do meio ambiente, que é um bem de uso comum, imprescindível à uma vida saudável, de qualidade e sustentável.

É um tema constante no mundo contemporâneo a necessidade de preservação ambiental, mas, mesmo estimulada entre os adultos, sabe-se que deve-se construir uma consciência ambiental desde a infância, sendo a fase de aprendizado de valores e conceitos que o acompanharão por toda a vida, razão pela qual é tão importante a educação ambiental na Educação Infantil.

Para que esta tenha início desde cedo, é preciso que se saiba como ensinar sustentabilidade para as crianças. A Educação Ambiental baseia-se em três pilares: ambiental, social e econômico que precisam ser trabalhados conjuntamente para promover e preservar a existência e função de cada um, ou seja, as ações sustentáveis precisam fortalecer a economia, preservar a natureza e desenvolver a sociedade (NEOENERGIA, 2021).

Para a UNESCO são quatro os objetivos da educação ambiental para crianças são:

-  Conscientizá-las e sensibilizá-las em relação aos problemas ambientais.
-  Fomentar seu interesse em relação ao cuidado e melhoria do meio ambiente.
-  Desenvolver na infância a capacidade de aprender sobre o meio que nos cerca.
-  Ampliar seus conhecimentos ecológicos, em assuntos como energia, paisagem, ar, água, recursos naturais e vida silvestre (NEOENERGIA, 2021, online).

A sustentabilidade na Educação Infantil deve ser trabalhada conjuntamente com toda a sociedade, porém, e dentro de casa que uma importante parte desse trabalho tem início.

A atitude dos adultos para com filhos, netos, sobrinhos, vizinhos ou qualquer outra

criança ao conversar com estas crianças, devem falar sobre consumo e seus efeitos, descarte do lixo, alimentação, desigualdade social, como funciona a reciclagem, etc, sendo o mais importante atitudes que reflitam suas palavras, como apagar luzes desnecessárias, fechar a torneira, evitar sacolas plásticas, não desperdiçar alimentos, separar o lixo reciclável, entre outras.

Com a intenção de atender as necessidades básicas do ser humano, a sustentabilidade pretende que não seja colocada em risco a preservação do planeta como um todo, por meio de procedimentos e processos de reposição dos recursos naturais utilizados, evitando à poluição, o desmatamento, a extinção dos biomas em geral.

Ensinar sustentabilidade para crianças é indispensável para que se tenham adultos com maior consciência ambiental e econômica, pois cada pequeno gesto pode se reverter em uma grande reação positiva ou negativa no planeta. E, são essas reações que precisam ser consideradas ao falar a respeito desse tema, para que os pequenos compreendam e sejam estimulados a repetir e manter comportamentos corretos (NEOENERGIA, 2021).

As crianças precisam incorporar esse princípio e protagonizar as mudanças necessárias, mesmo que, inicialmente, essa nova forma de pensar se reflita em pequenas ações.

Sustentabilidade e Reciclagem: ensinando na prática

Introduzir o tema sustentabilidade e reciclagem no contexto escolar, notadamente nos primeiros anos é uma maneira de sensibilizar as crianças a respeito do cuidado com o meio ambiente. Ao desenvolver ações de sensibilização atrai-se o olhar das crianças para o tema e, a partir disso elas podem construir conhecimento e desenvolver a consciência ambiental.

Atividades lúdicas são próprias para que o interesse da criança seja despertado para o desenvolvimento sustentável e os recursos naturais do planeta, o que pode ser obtido por meio de trabalhos com reciclagem que com o potencial criador da criança e reaproveitamento dos materiais descartáveis utilizados como matéria-prima, perceberá que é possível transformar e trazer efeitos positivos para os seres vivos e para a Natureza. Ao reduzir o impacto ambiental que o excesso de consumo promove, darão o primeiro passo para compreender a importância de suas ações e sentir-se-ão importantes por contribuir para melhorar o meio ambiente.

Introduzir o conceito de reciclar e de reutilizar é importante para que fique claro para os alunos como podem agir em cada caso:

A reciclagem consiste em mudar a estrutura dos materiais, reprocessá-los. Por exemplo, ao reprocessar o plástico, passa-se a ter as fibras de poliéster como matéria prima. Já a reutilização está relacionada ao reaproveitamento, seja para o mesmo fim, seja para fins diferentes (BRK, 2018, online).

A partir destes conhecimentos, elabora-se um cronograma de atividades contendo os objetivos, indicadores e responsáveis, iniciando-se um processo educacional para a sensibilização e engajamento do maior número de alunos, pais e colaboradores, de acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), o perfil das crianças e a identidade escolar. Algumas atividades como: biomapa; visita às centrais de reciclagem; exposição de materiais descartados transformados em novos itens; cine-debates; jogos e confecção de brinquedos.

E, ainda, podem-se utilizar filmes e documentários para, de acordo com a idade das crianças, ampliar o debate sobre o tema, como por exemplo: Oceanos de plástico; Lixo extraordinário; Wall-E; Estamira; A história das coisas, entre outros.

A escola como um todo deve participar implantando a coleta seletiva, estabelecendo parcerias para a retirada dos resíduos e, do ponto de vista educacional por meio das atividades propostas acima. Apresentam-se algumas formas de trabalhar na prática a sustentabilidade que deve permear o cotidiano escolar (BRK, 2018, online):

Alimentação: Incentivar que as crianças consumam alimentos *in natura* ao mesmo tempo em que, com histórias lúdicas introduzir o tema da agricultura, com histórias lúdicas explicando que o alimento é plantado por agricultores, que não devem ser produzidos com uso de agrotóxicos; que quanto menos industrializados melhor; que até chegar a casa do aluno muito resíduos são gerados e que quanto menos embalagens menores serão os impactos ambientais.

Figura 1 - Alimentação



Fonte: <https://semanaacademica.org.br/>

São ações na Educação Infantil que fazem com que a criança aprenda a valorizar os alimentos produzidos de forma sustentável.

Plantas: falar sobre os vegetais, sua importância e ensiná-las a plantar e acompanhar seu crescimento. O feijão “plantado” no algodão ainda é uma boa forma de fazer com que eles visualizem esse processo, caso não seja possível fazê-lo na terra. Havendo espaço, pode-se criar uma horta e os alimentos produzidos fazer parte do cardápio da escola.

Figura 2 – Plantas



Fonte: <https://larternura.com.br/>

Luz: colocar desenhos alertando para a importância de manter as luzes apagadas se não houver ninguém no espaço. Isso facilita a memorização da criança e a incentiva a manter as luzes apagadas quando não for necessária. Por exemplo: “O Cascão está de olho para ver se você vai apagar a luz quando sair”.

Figura 3 – Luz



Fonte: <https://www.franadesivos.com.br/>

É uma forma simples de aproximar a criança do conceito de sustentabilidade, pois ela compreende que o consumo impacta no ambiente.

Água: Colocar bilhetes próximos às torneiras alertando para a necessidade de mantê-las fechadas (o que serve também para os adultos) quando não estiverem em uso. Ela perceberá a importância da água para o planeta, notadamente se for após uma aula em que se fale sobre a falta de água em vários lugares do Brasil e do mundo.

Figura 4 – Água



Fonte: <https://blogdafloresta.com.br/>

Há inúmeras formas de incentivar os alunos a se interessar pelo tema sustentabilidade e reciclagem, inclusive na internet, que auxiliarão a escolher um modelo adequado para a escola, assim como se podem criar jogos e brincadeira com essa finalidade.

Metodologia

Em termos metodológicos, se trata de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, de abordagem exploratória elaborada a partir de informações teóricas obtidas em obras físicas em meio eletrônico em artigos científicos, periódicos, dissertações, entre outros.

O método de análise de dados usa uma série de procedimentos para levantar inferências válidas a partir de um texto. Para tanto busca classificar palavras, frases ou mesmo parágrafos em categorias de conteúdo. Nesta perspectiva de análise o pesquisador forma uma versão teórica da realidade (TEIXEIRA, 2003, p. 194 *apud* ROESCH, 1996).

É um método que pode ser utilizado para explicar a realidade, assim como demonstrar uma forma para atuar.

Resultados e Discussão

Este estudo demonstra, por meio do estudo de sua bibliografia, o quanto a escola e os docentes precisam adotar novas posturas para mudar a realidade por meio de uma Educação Ambiental que promova ações e conceitos necessários para a proteção do meio ambiente.

A Educação Ambiental no âmbito da Educação Infantil na escola, por se um espaço necessário no mundo contemporâneo é base para sustentar ações pedagógicas no dia a dia de todos (educadores, gestores e educandos), porém, é preciso mobilizar mutuamente escola, comunidade e governo para que se possa, de fato, garantir um futuro sustentável, com valorização do meio ambiente.

Considerando o aquecimento global, a poluição do ar e da água, as enchentes, a pesca e caça predatória, entre outros, nota-se que a preocupação com as futuras gerações tem ficado em segundo plano. Desta forma, cabe à escola o papel fundamental de promover essa mudança, pois é na escola que há a interação de diversas culturas, pensamentos e atitudes diversas.

E, embora as barreiras sejam muitas, a determinação de buscar reverter esse quadro deve ser maior, levando os profissionais da educação a conscientizar seus alunos a respeito da sustentabilidade e da possibilidade da reciclagem por meio da Educação Ambiental, investindo na formação dos alunos desde o início do acesso dessas crianças ao ambiente escolar.

É preciso promover a inclusão da Educação Ambiental no currículo das escolas, nas políticas públicas e planos de educação, apoiados pelo governo para que unidos possamos modificar este panorama. A educação ambiental é facilitadora de inúmeras metas, conceitos, valores e procedimentos atuando como eixo integrador e, as concepções intervêm de forma constante em todo o processo.

O trabalho da Educação Ambiental no âmbito escolar é um promotor do desenvolvimento holístico do aluno, que o torna único ao instigar sua atividade mental construtiva, assim como o torna igual quando percebe aspectos comuns que o faz identificar-se com seu meio social.

Permanece nos professores o desejo de contribuir para que as dificuldades por eles encontradas sejam minimizadas nesse contexto, pois a Educação Ambiental é de suma importância para a vida e adquirir conhecimento sobre como contribuir para um meio ambiente mais limpo e saudável é uma meta almejada por todos que pretendem formar

cidadãos com senso crítico diante das questões que se apresentam, exercitando sua cidadania munida de consciência ambiental.

Considerações Finais

O filósofo Pitágoras afirmou: “*Eduquem-se os meninos e não será preciso castigar os homens*”, assim, a mudança de paradigmas em relação aos problemas ambientais deve ser um processo pensado e com investimentos de longo prazo, para sensibilizar e fazer compreender que todos fazem parte do meio ambiente e que é preciso cuidar do planeta se pretende-se continuar a existir, sendo a educação um dos caminhos mais viáveis para tanto.

É uma tarefa que vai além dos muros da escola, porém, é nesse espaço que se pode promover debates nos diversos níveis e modalidades de ensino, principalmente na Educação Infantil. Durante a pesquisa verificou-se a necessidade de se trabalhar a Educação Ambiental desde o início da vida escolar das crianças, com propostas que valorizem seus conhecimentos prévios, por meio de projetos que promovam a autonomia e a produção de conhecimento, visando a mudança de atitude em relação ao cuidado e preservação ambiental.

É possível desenvolver bons trabalhos de Educação Ambiental para a Educação Infantil e os alunos aprendem no contexto escolar, tornando-se agentes multiplicadores em suas casas e outros ambientes que frequentam, contribuindo para a formação de cidadãos e cidadãs éticos, preocupados com as questões ambientais e que certamente estarão aptos para construir uma nova sociedade.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. MEC. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. 3ª ed. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>.

BRASIL. **Lei no 9.795**, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm.

BRASIL. MEC. **Resolução nº 2**, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf.

BRK. Saneamento em Pauta. **Reciclagem na educação infantil**: aprenda como inserir o assunto desde cedo. 2018. Disponível em: <https://blog.brkambiental.com.br/reciclagem-na-educacao-infantil/>.

DIAS, G. Educação ambiental: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2013.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. 1. ed. São Paulo: Peirópolis, 2013.

GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. 1. ed. Campinas: Papyrus, 1995

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. (Coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004

LOUREIRO, C. F. B. **Mundialização do capital, sustentabilidade democrática e políticas públicas**: problematizando os caminhos da educação ambiental. Ambiente e Educação, vol. 14, 2009.

MILARÉ, E. Direito do Ambiente. 8. ed. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2013.

NEOENERGIA. Educação. **Quando a educação ambiental começa a ser aplicada desde os primeiros momentos da educação infantil, as possibilidades de resultados positivos são maiores**. 2021. Disponível em: <https://www.neoenergia.com/pt-br/te-interessa/meio-ambiente/Paginas/educacao-ambiental.aspx>.

TEIXEIRA, E. B. **A Análise de dados na pesquisa científica**: importância e desafios em estudos organizacionais. 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/84/41>. Acesso em: 05 out. 2021.

TORRES, J.; FERRARI, N.; MAESTRELLI, S. Educação ambiental crítico-transformadora no contexto escolar: teoria e prática freiriana. In: LOUREIRO, C.; TORRES, J. (Orgs.). Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.

TRAVASSOS, E. G. **A prática da Educação Ambiental nas escolas**. Porto Alegre. Mediação, 2004.

Como citar este artigo (Formato ABNT):

COSTA, Anna Laryssa do Nascimento; ALVES, Francisca Ivoneide Benicio Malaquias. Sustentabilidade e Reciclagem na Educação Infantil. **Id on Line Rev. Psic.**, Dezembro/2021, vol.15, n.58, p. 33-48, ISSN: 1981-1179.

Recebido: 30/10/2021;

Aceito 05/11/2021;

Publicado em: 30/12/2021.